

Editorial

Buscando o equilíbrio entre os impactos positivos e negativos sobre a Saúde

Karen Lock

Centro Europeu sobre a Saúde de Sociedades em Transição,
Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, Reino Unido

René van Veenhuizen

RUAF, Leusden, Holanda

Foto 1: Margaret Armar-Klemesu - típico dreno de águas servidas em área urbana de Accra, Gana



A agricultura urbana pode ter efeitos tanto negativos quanto positivos sobre a saúde e as condições ambientais da população urbana. Revisões e estudos sobre temas de saúde tendem a ressaltar os riscos da saúde da agricultura urbana e periurbana (Birley e Lock 1999). Isso tem servido para reforçar as percepções de muitos governos e autoridades municipais, para quem a agricultura urbana é uma atividade (marginal) que provoca riscos substanciais para a saúde e portanto não deveria ser apoiada.

Em alguns países, a saúde e outras preocupações têm levado as autoridades a não incluírem a agricultura urbana em seus planos de desenvolvimento. Quase sempre, é raro e frágil o diálogo entre os setores da saúde e da agricultura. Pouquíssimos profissionais de saúde estão ativamente envolvidos com a agricultura, enquanto que os que praticam a agricultura não consideram, normalmente, a saúde como uma preocupação importante.

No atual debate sobre os efeitos da agricultura na saúde, os formuladores de políticas ignoram frequentemente os benefícios que podem ser produzidos pela agricultura urbana. Esses benefícios para a saúde e o bem-estar são muito variados, e incluem a redução da insegurança alimentar urbana e o melhoramento da nutrição dos pobres urbanos.

Entre os benefícios para a saúde trazidos pela agricultura urbana e periurbana, podemos ressaltar:

- O aumento da segurança alimentar urbana;
- A melhoria da saúde pela melhoria da alimentação / nutrição;
- A geração de renda e a redução da pobreza;
- O melhoramento das soluções de saneamento e reciclagem de lixo;
- O melhoramento da saúde física e psicológica devido ao aumento da atividade física;

Também é muito importante apontar os riscos para a saúde que estão associados à agricultura não só para proteger os moradores urbanos, os consumidores e os trabalhadores agrícolas, mas também para assegurar o apoio das autoridades municipais e nacionais para a produção urbana sustentável de alimentos.

Entre os principais riscos associados à agricultura urbana e periurbana, podemos listar:

- A contaminação das colheitas com organismos patogênicos (por ex.: bactérias, protozoários, vírus, helmintos etc.), por causa da irrigação com água poluída ou inadequadamente tratada, e da adubação com lixo urbano sólido, que também pode estar contaminado;
- Doenças humanas transmitidas por vetores animais atraídos pela atividade agrícola;
- A contaminação das colheitas e da água potável por resíduos de agrotóxicos;
- A contaminação das colheitas pela absorção de metais pesados eventualmente presentes nos solos, na água, e no ar urbanos;
- A transmissão de doenças dos animais para as pessoas (zoonoses), no processo de criação ou pelo consumo de sua carne;
- As doenças humanas associadas a práticas pouco higiênicas após a colheita, durante o processamento e a comercialização dos alimentos produzidos localmente;
- Riscos ocupacionais de saúde para os trabalhadores na produção urbana de alimentos e nas pequenas indústrias que processam muitos de seus derivados.

Várias dessas questões serão discutidas nesta edição da Revista de Agricultura Urbana. Pederson e Robertson, em seu artigo, discutem os benefícios para a saúde da agricultura urbana e seu papel nas políticas alimentares urbanas. A variedade dos riscos para a saúde trazidos pela agricultura urbana e periurbana foi discutida na recente conferência eletrônica sobre "A Agricultura Urbana e Periurbana na Agenda Política", organizada pela FAO e ETC-RUAF. Um breve resumo dessa discussão é apresentada no artigo de Lock e de Zeeuw.

Os riscos para a saúde associados com o uso de agrotóxicos, desde o seu manuseio até a contaminação das colheitas e da água são bem conhecidos. O artigo de Gaynor explora as implicações para a segurança alimentar e para a saúde causadas pela contaminação dos solos por inseticidas organo-clorados na Austrália. O artigo também levanta questões sobre a responsabilidade das autoridades locais em informar os produtores urbanos sobre os usos anteriores do solo e as implicações que possam existir para suas colheitas, gado e consumidores.

Dois artigos analisam os riscos para a saúde da produção urbana de animais e de peixes. As

zoonoses do gado leiteiro são discutidas no artigo de Muchaal, que denuncia o fato de a tuberculose bovina e a brucelose serem freqüentemente ignoradas como questões importantes de saúde pública urbana, na África. Edwards discute os riscos patogênicos e químicos criados pela aquacultura na Ásia. São feitas recomendações para resguardar a saúde pública e para promover a piscicultura como uma fonte segura de alimentação urbana.

Não nos foi encaminhado nenhum artigo sobre como a agricultura urbana pode aumentar o risco de malária. Porém esse tópico criou um vivo debate, durante a conferência eletrônica mencionada acima, no qual percebeu-se que as iniciativas em agricultura urbana devem ser coordenadas com esforços para controlar a malária, de modo a encorajar práticas de manejo ambiental adequadas. Com relação a esse importante tema, sugerimos a leitura sobre a "Iniciativa do sistema CGIAR sobre Malária e Agricultura" (SIMA, na sigla em inglês), na seção sobre "[Novidades e Parcerias](#)", deste número. Um resumo das oportunidades para a redução dos riscos de malária por meio de práticas agrícolas apropriadas propostas pela SIMA também faz parte desta edição da Revista.

Uma das maiores preocupações entre os praticantes da agricultura urbana deve-se ao uso de águas servidas e do lixo orgânico. Cinco artigos abordam essa questão a partir de perspectivas diferentes. Furedy discute as práticas de utilização do lixo sólido e argumenta que os projetos de auto-ajuda e organização comunitária são a melhor resposta para minimizar os riscos para a saúde, por causa da falta aparente de interesse e de capacidade das autoridades locais para intervir no nível das políticas públicas. Blumenthal e outros discutem uma abordagem institucional para reduzir os riscos patogênicos da reutilização das águas servidas, e propõem novas diretrizes para o tratamento de águas servidas para utilização na agricultura. Eles defendem o uso das normas e pautas não como padrões absolutos, mas como guias para ajudar os formuladores de políticas a definirem quais processos de tratamento de água, quais colheitas e quais métodos de irrigação são apropriados para uma produção sanitariamente segura. Os autores apresentam uma versão adaptada das normas da OMS, de 1989.

Dois artigos provenientes da África, um de Sonou, sobre Gana, e outro de Diop Gueye e Sy, sobre o Senegal, mostram a importante contribuição que a irrigação com águas servidas traz para a produção agrícola nas cidades africanas. Ambas contribuições reconhecem os riscos associados ao uso de águas servidas na agricultura, e propõem medidas locais apropriadas para a proteção da saúde, inclusive o aumento do treinamento profissional de agricultores e piscicultores.

Finalmente, Esrey e Anderson exploram o potencial dos métodos do saneamento ecológico como uma abordagem local adequada para a reutilização segura dos dejetos humanos. Uma aceitação social mais ampla do sistema ainda precisa ser verificada, mas o método é um bom exemplo de processo que utiliza soluções sustentáveis para proteger a natureza e a saúde humana.

Embora a maioria das contribuições para esta edição focalize os riscos para a saúde, a intenção é apresentar uma visão equilibrada dos impactos tanto positivos quanto negativos causados pela prática da agricultura nas cidades e em seus arredores, ao redor do mundo. Apesar das leis proibitivas, a agricultura é praticada, de várias formas, na maioria das cidades nos países em desenvolvimento e em muitas nos países desenvolvidos. Embora alguns dos artigos discutam os meios para reduzir os riscos sanitários, o debate sobre os motivos pelos quais as pessoas atualmente não praticam uma agricultura mais segura precisa ser

aprofundado. Por exemplo: o problema se deve à falta de informação, entre os produtores, ou à falta de apoio do governo, ou à pobreza dos produtores, ou à falta de recursos do governo? Ou ainda, por que as pessoas insistem em produzir certos cultivos, levados por razões tradicionais ou outras, mesmo quando seus riscos são bem conhecidos? Até podermos compreender as razões que levam as pessoas a continuarem com práticas que aumentam os riscos à saúde, não seremos capazes de oferecer soluções efetivas nem no nível local nem no nacional. Essa parece ser uma área que precisa de mais pesquisas.

A redução dos riscos da agricultura urbana para a saúde deve ser objetivo tanto de processos locais, no nível comunitário, como também de programas nos níveis municipais e nacionais. Nada indica que os formuladores de políticas públicas estejam dispostos a buscar e implementar tais soluções. Os praticantes da agricultura urbana precisam encontrar meios de se articularem mais ativamente com os técnicos e representantes do governo, de maneira efetiva e planejada. As "avaliações de impacto na saúde" - AIS, constituem uma ferramenta para tomada de decisões baseadas em evidências objetivas que pode ajudar nesse processo (Lock, 2000). Elas já vêm sendo usadas em outros setores de políticas públicas, inclusive no planejamento urbano, gerenciamento dos recursos hídricos, e transportes, de modo a envolver todos os interessados na promoção de condições de vida mais saudáveis.

A AIS tem sido proposta como um método para avaliar e reduzir os impactos na saúde por acaso gerados por projetos e políticas em setores não diretamente vinculados à saúde, como em projetos industriais e agrícolas. Seu objetivo é influenciar o processo de tomada de decisões de maneira estruturada e explícita, para equilibrar as evidências objetivas com as opiniões subjetivas. É um processo multidisciplinar que promove a participação comunitária no processo decisório. Os impactos potenciais à saúde identificados no levantamento são então analisados e usados para influenciar o processo decisório (Lock, 2000; Birley, 1995).

Os princípios da AIS são similares aos da avaliação de impacto ambiental. Porém, embora muitos países tenham regulamentos que exigem a execução da avaliação dos impactos ambientais antes da implementação de projetos importantes, esses não costumam incluir os impactos na saúde. Por isso, a AIS tem sido desenvolvida como uma ferramenta independente, para promover especificamente a saúde pública nas políticas e nos projetos.

Muitos países estabeleceram marcos políticos para a utilização da AIS, como, por exemplo, a Holanda, o Canadá e a Austrália. Nos países em desenvolvimento, a AIS tem sido desenvolvida principalmente como um parâmetro nos projetos de desenvolvimento ambiental (Birley 1995). A possibilidade de riscos específicos para a saúde, envolvidos no projeto, é considerada, e então uma estratégia para redução desse impacto é proposta.

A AIS tem sido usada em vários projetos incluindo aqueles da Comissão Mundial de Reservatórios (projetos de desenvolvimento ligados à agricultura e recursos hídricos para as agências doadoras), para reduzir os riscos de saúde entre as populações afetadas (Konradsen e outros, 1997). As diretrizes e o treinamento foram desenvolvidos por algumas organizações internacionais, incluindo o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Mundial (Asian Development Bank, 1992; World Bank, 1997).

Quase todas as recomendações das AISs que foram implementadas resultaram em melhorias tanto para o meio ambiente quanto para as populações. Uma implementação mais ampla da AIS está demorando por causa da falta de vontade política de incluir a saúde como um foco

importante nos processos decisórios. Também existem algumas limitações na metodologia. Seus praticantes devem compreender que não existe um "padrão áureo", e que a metodologia da AIS ainda está sendo desenvolvida e avaliada. O levantamento dos impactos também pode ser limitado, na acuidade de suas conclusões, por causa da falta de evidências objetivas que possam indicar todos os possíveis impactos na saúde. Para reduzir progressivamente essa limitação, a base de dados reunindo evidências capazes de informar melhor os processos da AIS está sendo permanentemente enriquecida com novas informações. Apesar dessas limitações, a AIS já provou ser uma ferramenta importante para promover influências, a favor da saúde, junto a quem decide, nos níveis local e nacional.

Todos os envolvidos com o desenvolvimento da agricultura urbana devem continuar trabalhando em direção a soluções locais e acessíveis, capazes de proteger os consumidores e os trabalhadores agrícolas contra possíveis riscos à sua saúde. É também muito importante engajar os formuladores de políticas, nos níveis local e nacional. Para tanto, a "avaliação de impacto na saúde - AIS" é uma ferramenta multisetorial que pode ser usada no planejamento urbano, envolvendo os profissionais de saúde, os agricultores, e os planejadores municipais, para juntos encontrarem soluções mais integradas.

Referências

- Birley MH and Lock K. 1999. The Health Impacts of Periurban natural resource development. Liverpool: Liverpool School of Tropical Medicine. (Short version available at <http://www.liv.ac.uk/~mhb/publicat/pubs1.htm>)
- Lock K. 2000. Health Impact Assessment. British Medical Journal 320: 1395-1398. <http://www.bmj.com/cgi/content/full/320/7246/1395>
- Birley MH. 1995. The Health Impact Assessment of development projects. London: HMSO. <http://www.liv.ac.uk/~mhb/publicat/pubs1.htm>
- Konradsen F, Chimbari M, Furu P, Birley MH &, Christensen NO. 1997. The use of health impact assessments in water resource development: a case study form Zimbábue. Impact Assess 15: 55-72.
- Asian Development Bank. 1992. Guidelines for the health impact assessment of development projects. Environmental Paper no. 11. Manila, Filipinas: Banco Asiático de Desenvolvimento.
- World Bank. 1997. Health aspects of environmental impact assessment. Environmental assessment sourcebook update 18. Washington DC: Banco Mundial.